

A FORMACAO PROFISSIONAL EM EDUCACAO FISICA NO ESTADO DO PARA E A ATUACAO EM ESCOLAS INDIGENAS

Carlos Alberto Machado Gouvêa¹⁷

Eujacio Batista Lopes Filho¹⁸

Rúbia Araújo Coelho¹⁹

INTRODUCAO

A produção de qualquer trabalho acadêmico deve estar atrelada em aspirações que encontram respaldo nas vivências de seus autores. Neste trabalho acadêmico será levado em consideração, além da argumentação teórica da bibliografia, às vivências destes autores, que são professores em terras indígenas, que vivem todas as dificuldades na sua prática docente, diante de uma formação não adequada às especificidades de uma educação intercultural.

Hoje vivenciando o curso de doutorado na universidade COLUMBIA no Paraguai, temos a oportunidade de pesquisar este tema que pouco se tem notícia, por conta da novidade que é a educação intercultural e multicultural em nosso país. O foco do estudo na formação profissional dos professores de educação física se faz relevante à medida que novos processos são agregados a educação indígena enquanto educação específica e diferenciada.

Na discursão do estudo buscamos refletir sobre a formação acadêmica, afim de melhor relacionar o profissional de educação física à docência em terras indígenas. O objetivo deste estudo é buscar, subsídio, reconhecer a identidade do profissional de educação física que está sendo formado pelas diversas instituições superiores do estado do Pará e analisar se essa formação vai de encontro, também, da educação intercultural e multicultural, visto que o nosso estado tem uma das maiores concentrações de povos indígenas da América Latina.

¹⁷ Mestrando em Ciências da Educação (Universidade Columbia-PY).

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-5577-5351>

¹⁸ Graduado licenciatura Intercultural (UFMG). Compõe o grupo de líderes Pataxó (1999).

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-5577-5351>

¹⁹ Mestre em Agro negócio (UFMT). Vínculo: SEDUC-MT.

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8668-4164>

Pretendemos primeiramente situar nosso leitor, focalizando um breve contexto histórico da educação física em nosso país, da educação e práticas corporais dos povos tradicionais e a “educação física indígena”, ministrada nas aldeias a partir da europeização da educação no Brasil.

A EDUCACAO TRADICIONAL INDIGENA E A EUROPEIZACAO

Os povos indígenas possuíam formas próprias de organização social, seus valores simbólicos, tradições, saberes e processos de constituição de conhecimentos e transmissão cultural para seus descendentes.

A educação dos indígenas acontecia na lida do dia a dia, no contato com os pais, parentes, geralmente os mais experientes da tribo, onde o pajé além de grande líder espiritual, também figurava como o “educador” de muitas coisas, inclusive da “medicina”. Entre a lida diária, cantos, danças e as rodas de conversas, aprendiam como funcionava sua cultura, suas lendas, mitos e seu modo de vida. Neste contexto a educação supria todas as necessidades de um modo de vida que perfazia centenas de anos onde a apreensão de conhecimentos se fazia no processo oral, onde se aprendia a religião e todas as outras habilidades e conhecimentos necessários à sua sobrevivência. Até onde se sabe não existia a escrita, mas esse elemento nunca fez falta, até a chegada dos conquistadores europeus.

[...] Se puede dar muy bien educación sin alfabetización. Por otra parte, la alfabetización tampoco asegura de por sí una buena educación. Las sociedades indígenas de América, se educaron perfectamente durante siglos sin depender de la alfabetización ...Bartomeu Melià (2008, p. 104)

Depois do contato com os brancos, passaram por um processo de submissão à cultura europeia, inicialmente com a vinda dos padres jesuítas. Esses, mesmo não tendo como primeira missão a educação escolar dos índios e sim propagar a reforma católica e a aquisição de almas, passaram a fazer parte de um projeto de dominação da coroa portuguesa e posteriormente com a política de nacionalização e assimilação dos povos indígenas.

Karina de Araujo Dias (org.)

No período pós-colonial, a missão do governo, antes das leis pro indígenas, era apenas integrar os índios à sociedade na busca de uma “homogeneidade nacional”.

Somente com a promulgação da Constituição de 1988, as sociedades indígenas puderam buscar o caminho inverso ao processo integracionista de predominância da cultura do branco, tiveram reconhecidas suas organizações sociais, línguas, e o direito a uma educação escolar intercultural, diferenciada e específica.

O SPI (serviço de proteção ao índio), teria esta tarefa de tornar os índios cidadãos brasileiros produtivos à nação, pois, na sociedade idealizada pelo Estado Novo, não havia espaço para mendigos, criminosos, subversivos, malandros e índios nômades[...] Além de Encarregado do Posto, ao mestre-escola cabia a responsabilidade da alfabetização dos índios menores e também o ensino cívico, que incluía o culto à bandeira e os exercícios ginásticos militares [...] No caso dos postos que se localizavam em áreas de fronteira, era necessário não somente um trabalhador disciplinado, mas um soldado pronto para defender os interesses do país, caso isso fosse preciso SARAIVA,(2000, p. 218-219)

É importante lembrar que a educação física, na época, não era feita esporadicamente e sim sistematicamente dentro de um projeto pedagógico que visava uma preparação marcial, treinamento militar, para que o índio se tornasse cidadão brasileiro apto a defender o país em caso de conflito fronteiro. Neste período a educação física, também, era voltada para as questões de higiene e saúde corporal, através de exercícios calistênicos, dando pouco ou nem um valor as a cultura corporal de movimento tradicional desses povos.

Em um pequeno fragmento de planejamento escolar de um dos postos do SPI podemos notar a rotina dos alunos e a importância que se dava a educação física ensinada naquela época.

Quadro: Programa organizado para as escolas dos PI's aprovado pelo Inspector do SPI

TERÇA FEIRA/HORÁRIO		SEGUNDA FEIRA/HORÁRIO	DISSCIPLINA
08:00 ÀS 09:00	EXERCÍCIO FÍSICO	08:00 ÀS 09:16	LEITURA DA LÍNGUA NACIONAL
09: ÀS 10:00	ARITMÉTICA	09:16 ÀS 10:00	EXERCÍCIO DE REDAÇÃO
10:00 ÀS 11:00	DITADO E CORREÇÃO	10:00 ÀS 10:15	REPOUSO
11:00 ÀS 11:11	CANTO E SAÍDA	10:15 ÀS 11:00	ESTUDO GLOBALIZADO DA HISTÓRIA E GEOGRAFIA
		11:00 ÀS 11:10	CANTO E SAÍDA

Especificamente no campo da educação, surgiram leis e textos complementares legais para fomentar a educação intercultural e multicultural para sua oferta de maneira específica, como é o caso da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, que veio garantir a oferta de uma educação escolar intercultural e bilíngue.

Com o objetivo de oferecer subsídios para que fossem elaborados e implementados programas educacionais, foi promulgada a Resolução n.º 3/99, do Conselho Nacional de Educação, que fixou diretrizes para o funcionamento, organização e estrutura das escolas indígenas. Em 1998, ainda nessa linha, o Governo Federal criou o RCNEI - Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, construído pelo Comitê de Educação Escolar Indígena, formado por educadores, antropólogos, pesquisadores, Ministério da Educação e com a participação de lideranças e professores indígenas de diferentes povos, que vem se tornando um avanço na implantação de projetos e conteúdos nas escolas indígenas. A Educação Física encontra-se inserida junto a outras disciplinas tratadas no RCNEI.

Recentemente a educação física, na nova classificação da BNCC, é classificada entre as disciplinas de linguagens. Essa classificação possibilita, plenamente, a inserção da base nacional comum curricular nas escolas indígenas. No entanto, existem vários problemas e verdadeiras aberrações nas abordagens pedagógicas do ensino desses conteúdos nas escolas indígenas.

O RCNEI - Referenciais Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas, preconiza a transmissão de conhecimentos e valores referentes ao uso das manifestações corporais durante as aulas, todavia, percebe-se que esse documento, em certos momentos, não consegue distinguir o que são atividades físicas cotidianas, da Educação Física em contextos indígenas.

Karina de Araujo Dias (org.)

Observa-se que os conteúdos didáticos apresentados não são suficientes para orientar plenamente a prática pedagógica dos professores dessa área, haja vista que cada povo apresenta manifestações culturais próprias e que precisam ser pensadas de forma articulada aos conhecimentos específicos e tradicionais da comunidade em questão.

Com efeito, cada povo, cada etnia indígena tem uma cultura própria, com organização social e econômica e práticas corporais particulares. As práticas corporais das sociedades tradicionais colaboram para que valores, costumes, normas sociais e comportamentos desejados sejam assimilados por meio dos corpos dos indivíduos, tendo como base suas tradições. No plano simbólico, constituem-se em vivências lúdicas, expressões e linguagens com sentidos e significados que emergem dos contextos nos quais são realizadas. (GRANDO, 2010, p. 63).

Segundo a lei 9394/96 a educação física está inserida na educação indígena como conteúdo obrigatório e deve ser ministrada por profissional formado na área, porém, poucas escolas tem um profissional formado em educação física e quando tem, não são habilitados para trabalhar com educação intercultural. A ambição dos estudiosos em educação indígena, índios e não índios, como Baniwa (00) e Alencar (01) é que todos os professores dessas escolas, no futuro, sejam indígenas, porem a demanda de cursos ofertados pelo poder público ainda está pautada na educação geral, que ainda tem muitas dificuldades em formar docentes em nível superior. A lógica de fazer uma educação com corpo docente totalmente indígena é de fazer acontecer a reprodução, salvaguarda, dos conhecimentos passados de geração em geração, mesclando a educação oral, antes única forma de educação, com as novas formas e tecnologia, tendo o índio como protagonista de seu desenvolvimento educacional.

[...] relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geracao, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens,

assim como os homens fazem as circunstâncias (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

A GRADUACAO E A FORMACAO INTERCULTURAL

Neste capítulo nos colocamos no lugar de um profissional, que por conta da legislação educacional nacional, é colocado em uma aldeia indígena e sente toda a dificuldade de produzir seu trabalho, pelo simples fato de não ter formação para discernir o que pode e o que não pode, o que deve e o que não deve trabalhar dentro daquela comunidade específica. O senso comum diria que ele deveria estudar a cultura e a língua dessa comunidade e a partir disso.

Planejar suas ações, mas partindo do princípio que a academia bebe na fonte do conhecimento científico e não do senso comum, poderemos afirmar que se esse profissional tivesse subsídios, ferramentas, teorias, práticas, história e noções de antropologia advindos de uma disciplina acadêmica, que o preparasse para cada novo desafio, nova comunidade, certamente teríamos uma atuação bem mais profissional e diminuiríamos os improvisos, que em uma escola “normal” poderia lhe valer uma demissão, mas em uma escola indígena, por conta de sua cosmologia exótica, pode lhe valer até a morte.

No estado do Pará existe um projeto, levado a cabo pela universidade Estadual (UEPa) que vem trabalhando com muito êxito na formação de professores indígenas, em nível superior, porém ainda não oferta a licenciatura plena em educação física. Desta forma, a solução é retornar a velha fórmula onde um professor trabalhava todas as disciplinas inclusive a educação física.

As reflexões a partir do que foi observado no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Pará – UEPa, que objetiva a formação de professores indígenas, reforçam a importância que a formação do corpo docente assume na consolidação de práticas pedagógicas interculturais no âmbito da oferta de um curso dessa natureza. ALENCAR (2014. p. 87)

Analisando a ementa curricular dos cursos de licenciatura em educação física ofertados no estado do Pará podemos notar que ainda não há uma disciplina que tenha o foco na educação intercultural indígena, alimentando o velho conceito integracionista de que não devemos nos preocupar com a

Karina de Araujo Dias (org.)

cultura que está fadada a desaparecer. Nas universidades como: UFPa, UEPa e UNOPAR, podemos notar que a única disciplina com viés cultural é o folclore e esta é voltada aos mitos e lendas de forma geral, carregando muito do imaginário popular, de forma a não contemplar a cultura e a cosmologia real dos povos indígenas, que só no Pará são mais de 50 povos com costumes, línguas, e processos próprios de educação. O importante citar que, segundo a resolução nº 7, de 31 de março de 2004 do conselho nacional de educação, câmara de educação superior, as universidades tem o poder de incorporar outras competências e habilidades que se mostrem necessárias ao exercício da profissão do professor de educação física.

[...] Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional. [...] § 2º As Instituições de Ensino Superior poderão incorporar outras competências e habilidades que se mostrem adequadas e coerentes com seus projetos pedagógicos. (CNE, RESOLUÇÃO Nº7, 2004/03).

Em quanto o Conselho Nacional de Educação não atenta para a disciplina educação física, no que tange a formação desse profissional para atuar em terras indígenas, cabe ao próprio professor buscar o subsídio, tentando se adequar ao que a universidade deveria lhe ofertar em sua formação acadêmica. Nesse sentido muitos desses professores tem garimpado conteúdos aleatoriamente, sem muito critério. Outros simplesmente ignoram que exista uma cultura a ser considerada. Também há aqueles “profissionais” que mesmo sabendo que existe uma cultura a ser considerada simplesmente ignoram e tratam a aula como se trata na comunidade envolvente, disseminando valores totalmente integralistas e nos remete a política de assimilação, indo em direção contrária a educação diferenciada específica e intercultural. Na comunidade Asuriní e em muitas outras do estado do Pará a aula de educação física é, literalmente, sinônimo de esporte, por conta da falta da cultura corporal de movimento própria do povo, no conteúdo das aulas.

O esporte é um fenômeno recente nas aldeias, que passou a integrar quase todas as sociedades humanas, e irrompeu também na sociedade indígena devido

ao grande interesse manifestado pela maioria desses povos, que vem se alastrando via mídia e relações de contato, adentrando de múltiplas formas o universo étnico dos grupos. E o que se observa na escola Asuriní não está longe dessa realidade. Os esportes, particularmente o futebol são o principal conteúdo das aulas de Educação Física. (ALENCAR e SANTOS, 2012, p. 14-15).

Na licenciatura intercultural, ofertada pela universidade estadual do Pará, existem disciplinas que possibilitam aos professores indígenas a ministrar conteúdos da educação física, porem de forma muito básica e voltada para o lazer, sem o aprofundamento científico necessário, que é pré-requisito para a docência da disciplina Educação físico.

O ESPORTE, A MUSICA, A DANCA E A EDUCACAO FISICA ESCOLAR NAS ALDEIAS

Por conta da política de aldeamento dos povos indígenas em reservas fixas, os indivíduos deixaram muitos dos seus costumes de lado, muitos deles necessários a manutenção da cultura, da saúde corporal e mental. As grandes caminhadas em busca do alimento sazonais, a exploração de novos locais e a caça tornaram se muito pouco praticadas. A fixação dos indivíduos em um só lugar lhes tornou mais sensível as doenças próprias do sedentarismo. Esportes como o futebol vem preencher uma lacuna, como forma de passar o tempo assim como a televisão o rádio e outros meios de comunicação modernos.

Como citamos no capítulo anterior o “esporte” é um fenômeno importante nas aldeias indígenas e o futebol é a modalidade que mais chama a atenção, em virtude da forma apaixonada como ele é praticado. Com a chegada das TICs nas aldeias os índios podem acompanhar seus times, inclusive em competições internacionais, dando ainda mais espaço a essa modalidade que supera todas as outras, em muitos casos até mesmo as modalidades culturais indígenas. A preocupação daqueles que defendem a educação multicultural e intercultural é que essas modalidades ditas ocidentais tomem os espaços da cultura corporal de movimento que imprime no corpo as marcas da cultura inerentes a cada povo, possibilitando, assim, a assimilação e o desaparecimento da identidade cultural indígena.

Karina de Araujo Dias (org.)

A cultura imprime e expressa no corpo as suas marcas. O ritual consiste numa expressão que envolve o corpo e o movimento, na medida em que, partindo de um conteúdo simbólico dentro de um grupo, se torna, necessariamente, uma experiência corporal. Dessa forma, os rituais recorrem seletivamente aos símbolos próprios da tradição que emanam, se aproximam e se revelam por meio da experiência do corpo. (SANETO, 2012, p. 44)

Faz-se necessário o fomento do “esporte” de identidade indígena, que de 1996 até os dias de hoje vem ganhando notoriedade, em nosso país e no mundo, através dos eventos promovidos pelo Comitê Intertribal, ciência e tecnologia indígena (ITC), entidade que, apoiada nas políticas públicas de afirmação cultural do governo federal, promove os “esportes” de identidade cultural, em grandes eventos de ordem nacional e internacional. Esse evento vem gerando um processo de valorização dos “esportes” indígenas porquanto que incentiva os povos de cada região a criar seus próprios eventos esportivo-culturais, como é o caso dos índios do estado da Bahia, Tocantins, Mato Grosso e do estado do Pará que já fazem seus próprios eventos.

As comunidades indígenas brasileiras abrigam populações desprovidas de acesso a políticas públicas de esporte e lazer que devem ser garantidas a todas elas. Seus territórios estão intimamente relacionados às suas identidades, melhor dizendo, são espaços onde se dão as manifestações culturais do grupo, onde se encontram valiosas tradições e onde acontece a transmissão intergeracional de seu patrimônio material e imaterial (GRANDO, 2009, p. 09).

Esses eventos reúnem povos de todas as partes do Brasil e do mundo a fim de trocar experiências em todas as áreas e principalmente na prática de seus rituais esportivos. Promovendo, assim, a manutenção e o resgate da cultura corporal dos indivíduos participantes. Esse fenômeno esportivo cultural se presta muito bem a educação multicultural, pois a mesma preconiza não apenas a convivência da cultura de um povo com a cultura ocidental, mas também com seus “parentes” de outros povos. Esse funciona como uma olimpíada onde o importante é participar, estar junto, aprendendo um com o outro. Suas modalidades incluem o arco e flecha, cabo de guerra, arremesso

de lança, lutas corporais, corridas rasas e de fundo, corridas com toras e muitos outros. Também nesses eventos existe o momento cultural, onde todos os participantes mostram a força das suas danças e rituais, a fim de afirmar sua cultura perante os outros povos.

Outra face dos jogos indígenas, que interessa a disciplina educação física intercultural são os cantos e danças que de forma geral também ficam de lado a partir do momento em que os velhos anciões vão morrendo e novos interesses vão surgindo. Nesse caso a educação física se mostra fundamental na preservação da cultura desses povos que por centenas de anos vem documentando a sua cultura através da sua prática oral, nas músicas, e na sua expressão corporal.

DISCUSSÃO

É importante lembrar que historicamente os indígenas brasileiros, desde o descobrimento, foram induzidos a aceitar uma religião antagônica aos seus mitos e rituais, que se baseiam no mundo espiritual e na força dos elementos da natureza. Para que a evangelização fosse consolidada se fazia necessário pregar contra os “maus” costumes, a nudez das índias que provocava lascívia nos cristãos colonos portugueses, assim como rituais de evocação espirituais. Neste contexto podemos afirmar que as manifestações da cultura corporal de movimento encontram um grande obstáculo em sua manutenção, visto que a maioria de suas danças, cantos e atividades ritualísticas tem relação com a sua cosmologia e reflete a sua crença no mundo espiritual.

[...] A partir da opção teórica que assumimos, sinteticamente, podemos dizer que os rituais são fenômenos celebrativos, performáticos e (comemorativos, com forte referencial simbólico e capazes de reavivar e transmitir memórias e saberes (SANETO, 2012, p. 43).

Ao retomar o controle de sua cultura e de sua educação, devido as conquistas alcançadas pelas lutas travadas em prol da terra e de seu modo de vida, muitos tem dificuldades de quais caminhos a seguir, dos valores a resgatar e a forma de conviver com a realidade moderna.

Nos últimos vinte anos, os povos indígenas do Brasil, por conta de muita luta, mobilização e pressão política, foram conquistando gradativamente o status político

Karina de Araujo Dias (org.)

de cidadania brasileira, o que significa, na prática, a possibilidade de usufruírem dos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros enquanto continuam adotando os seus modos próprios de viver, de pensar, de ser e de fazer. (BANIWA 2006. p. 87).

Os conteúdos a serem aplicados na educação física escolar devem refletir esses interesses e objetivos das comunidades indígenas, não importando que a primeira vista, nos seja irrelevante ou estranho, posto que não existe saber mais ou saber menos, apenas conhecimentos e saberes diferentes Paulo Freire (1987: p. 68) Esse processo pode ter um ponto de partida nos parâmetros e referências curriculares nacionais para em seguida aprofundar na especificidade do povo atendido pela disciplina.

Esta temática também aparece em textos oficiais que orientam os professores de Educação Física, como é o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais que apresentam o conceito de cultura compreendido como produto da sociedade, da coletividade à qual todos os indivíduos pertencem, produzindo e reproduzindo cultura. (BRASIL, 1997).

A formação do professor de educação física, índio, ainda não está na pauta do poder público em nosso país, o que nos leva a pensar que por muitos anos, ainda teremos professores não índios atuando em aldeias indígenas. Seria sensato por parte das universidades repensar seus objetivos, seus conteúdos, a fim de preparar melhor os profissionais para a docência intercultural e multicultural, a fim de melhor atender aos anseios dos povos indígenas.

CONCLUSÃO

Quanto a formação do professor de educação física, baseado na análise das ementas curriculares das instituições formadoras, é notório que é deficitária, posto que, além de não ter um programa para formação de professores de educação física indígenas, não atende as especificidades dos povos tradicionais, parte importante da população paraense. As nossas universidades no Pará, estaduais, federais e particulares, mesmo tendo autonomia para adequar o seu currículo a nova realidade educacional, em seus cursos de licenciatura em educação física, em relação a educação indígena, ainda servem ao pensamento

integralista, formando profissionais sem instrumentação teórica para atuar na educação intercultural e multicultural, deixando uma lacuna a ser preenchida de forma improvisada pelos professores em terras indígenas.

Quanto a inserção das danças, cantos e dos esportes de identidade cultural específicos da comunidade assistida pela disciplina educação física, só será possível a partir de um estudo minucioso, munidos de ferramental teórico e histórico, feito em conjunto com os anciões e professores indígenas, afim de poder lograr êxito de forma técnica, consciente, segura e não improvisada. Não deixando de lado os aspectos da educação intercultural que preconiza o conhecimento da cultura da comunidade envolvente.

Quanto a adoção de conteúdos a partir da cultura de vários povos, observada nos jogos nacionais indígenas, podemos dizer que é um avanço, pois vai de encontro ao multiculturalismo preconizado pela nova educação indígena e serve como salvaguarda e resgate das culturas de povos ressurgidos que lutam para reaver sua cultura perdida no processo de assimilação deflagrado pela classe dominante em nosso país.

Quanto ao futebol, dito como esporte europeu e nocivo a cultura indígena, podemos dizer que há uma revolução em curso, pois há uma teoria muito provável na comunidade científica que esse esporte, possivelmente, tenha sua origem em alguns povos indígenas pré-colombianos da América latina. Desse modo estaremos apenas resgatando uma atividade de nossos antepassados.

REFERENCIAS

ALENCAR, Joelma; Santos, Aina Suanan. **A educacao f sica na escola Asurin do trocara**, 2012.

ALENCAR, Joelma, **Educação Intercultural e a Formação Específica de Professores Indígenas no ensino superior**, 2014.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição [da] República** Federativa do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: 1997.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 21 de dezembro de 1996, Poder Executivo: Brasília, DF, 1996.

Karina de Araujo Dias (org.)

BARRETO, Helder Girão. **Direitos Indígenas. Vetores Constitucionais.** Editora Juruá. 1ª edição, Curitiba: 2003.

NEVES, F, M; RODRIGUES, E; ROSSI, E.R (ORG). **Fundamentos Historicos da educacao no Brasil.** Maringá: EDUEM, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretacao das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e significado.** Lisboa: Editorial Presença, 1978. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes,** 2007.

SARAIVA, Márcia P. Produzir mais e melhor: **O posto indígena Pedro Dantas durante o Estado Novo (1937-1945).** Belém, 100f. Monografia (Licenciatura e bacharelado em História) – Universidade Federal do Pará, 2000, p. 2018.

MILEÁ, **Educacao Indígena e Alfabetizacao,** centro de estudos paraguaios, Asunción 2008.